

# Crise, conhecimento e cidade

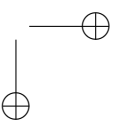
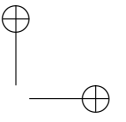
Lavelle e Lonergan

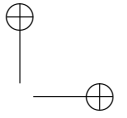


Américo Pereira

2015

[www.lusosofia.net](http://www.lusosofia.net)





LUSOSofia:PRESS

Covilhã, 2015

FICHA TÉCNICA

Título: *Crise, conhecimento e cidade: Lavelle e Lonergan*

Autor: Américo Pereira

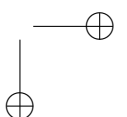
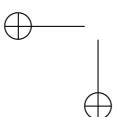
Colecção: Artigos LUSOSOFIA

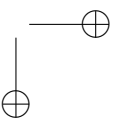
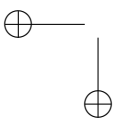
Design da Capa: António Rodrigues Tomé

Composição & Paginação: Filomena S. Matos

Universidade da Beira Interior

Covilhã, 2015







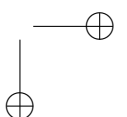
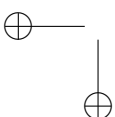
# **Crise, conhecimento e cidade**

**Lavelle e Lonergan**

**Américo Pereira**

O espanto gerado pela constatação da chamada «crise social» só é ultrapassado pelo espanto de que tal possa causar espanto. Desde Heraclito que o mundo do pensamento sabe que a realidade humana e cultural em que habitamos é, no seio de um universo em incessante e irreduzível devir, constante movimento de acções de seres humanos que, de um modo mais ou menos consciente, mais ou menos cognoscente, nascem de escolhas, escolhas estas que são sempre críticas, no sentido literal de algo que estabelece sempre uma selecção entre possibilidades. E a crise é, em seu sentido mais profundo, isto mesmo: um joeirar de opções, uma escolha de uma de entre elas, mas também e fundamentalmente a sua realização, a sua material inserção na comum mundanidade.

Neste sentido, *toda a acção é crítica*, pois toda ela modifica a realidade a partir da introdução de um acto novo, acto que, por menor que seja, introduz na realidade uma novidade que constitui um absoluto diferencial relativamente ao que essa realidade – que, em absoluto, já não é a mesma – foi. Cada um destes actos é, assim, crítico, pois, pelo absoluto da diferença posto, põe o todo da realidade em crise, no sentido em que, dele, de cada um deles, depende a realidade como um todo, perceba-se tal em termos comuns ou não. Em cada novo acto, com cada novo acto, a realidade como um todo é submetida ao crivo do absoluto do poder-ser e do ser, pois cada novo acto, antes de ser, é apenas um possível, isto é,





pode também não ser, em absoluto. Este absoluto de possibilidade de não ser põe em cada acto o todo do ser em causa, critica-o da forma mais radical possível. A grande crise é, deste modo, aquela que separa o ser do não ser em cada acto. Separa o absoluto do ser do absoluto do não ser em cada possível acto.

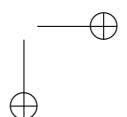
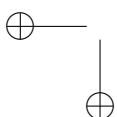
É neste sentido radical que Lavelle diz do ser humano que foi criado criador, pois tem a possibilidade de exercer esta escolha, e de, exercendo-a, modificar o mundo não apenas nos medíocres limites de sua realidade imediatamente proximal, mas como um todo e em absoluta antítese com o nada. Tal confere ao ser humano responsabilidade ontológica, ética, social e política não apenas de um mero escravo que obedece mecanicamente a ordens de um qualquer dono, imanente ou transcendente, mas de um ente com poderes verdadeiramente divinos, isto é, criadores, dentro de seu âmbito próprio de possibilidade de escolha e realização.

No âmbito ontológico da relação do ser humano com o restante do ser, a esta possibilidade enquanto tal, isto é, enquanto realidade puramente possível, em sua mesma essência como poder-ser de uma acção, chama Lavelle o valor.

*O valor é a realidade metafísica do possível enquanto humanamente elegível e realizável.*

É esta possibilidade de acção própria do ser humano, e apenas dele, que o convoca para a acção como eleição de possíveis e sua realização, sendo que a própria eleição é já a mesma realização, não havendo eleições virtuais.

No seio do que cada ser humano é enquanto acto em permanente posse intelectual de si próprio, como consciência de si na forma de seu acto próprio, a vida ética – e percebe-se que a vida ética, deste ponto de vista é tudo – é uma constante dialéctica entre a possibilidade de acção – *o valor* – e a escolha de possibilidade, que imediatamente faz avançar a realidade – imanente ao ser humano, mas também transcendente pela repercussão, imediata ou mediata que tem sobre o que o transcende, o mundo político – para



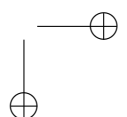
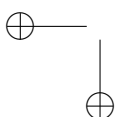


um novo estágio, que, imediatamente, constitui um novo momento de possibilidade de escolha, até que toda a possibilidade de escolha se esgote, no que seria a aniquilação do mesmo ser humano.

Tal implica que a vida da consciência – em que consciência moral e consciência sem mais se equivalem, fazendo da comum consciência gnosiológica sempre uma consciência também moral – seja uma *crise permanente*. Note-se que não se disse que «há uma crise permanente na consciência», o que pressuporia que há uma consciência substancial, lógica ou ontologicamente prévia a tal crise, mas que *a mesma crise é a própria consciência* como dialéctica entre a intuição do valor como possibilidade de acção e a realização desse mesmo valor.

Cada abstractamente considerado instante desta dialéctica é uma crise constituinte, verdadeiramente monadológica, do mundo como um todo. A própria passionalidade da consciência recebe uma nova compreensão, pois uma passionalidade totalmente passiva ao modo do empiricismo britânico – da famosa tábua rasa prototipificada pelo pensamento de David Hume – implicaria uma verdadeira ausência de consciência, pois mais não seria – como, de facto, é a tábua rasa – do que uma absoluta e irremediavelmente cega mecânica recepção.

Para Lavelle, a consciência é sempre um acto e implica sempre que haja algo que aceite ser tocado: sem esta aceitação, que é uma escolha, teremos algo como a passionalidade de um cadáver: como tábua rasa, este pode ser atingido precisamente pelos mesmos impulsos que originam paixão em algo que também precisamente não é um cadáver. É a total ausência de passionalidade neste sentido que distingue o cadáver do ser humano. O que o cadáver não tem mesmo, neste contexto, é o acto de *poder receber* paixão. Há cadáveres objectiva e objectualmente tocados, mas não há cadáveres apaixonados – símbolo incontrovertível da tábua rasa de Hume.



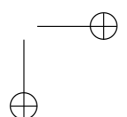
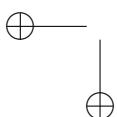


No limite, e do ponto de vista passional, o perfeito acto de aceitação da paixão corresponde à perfeita transformação da paixão, cuja origem é externa, em algo de perfeitamente interiorizado, transformando-se imediatamente o que seria uma pura paixão em acção porque houve aceitação. Toda a acção começa com esta aceitação de algo transcendente, que se escolhe e que deixa de ser simples possibilidade para passar a ser acto.

Assim sendo, a dimensão social-política, isto é, de transcendência do acto próprio de cada ser humano é sempre fruto de uma essencial e substancial crise ética, na forma da eleição de uma possibilidade que diz respeito ao âmbito da relação de cada ser humano com a sua exterioridade, mormente com a sua exterioridade em que se encontram dados outros seres humanos. Estes, neste registo de pensamento, como presentes à consciência do ser humano, surgem, também eles, como tudo o mais, como possibilidades: o mundo político, para Lavelle, é o mundo constituído por mim e pelos outros que se me manifestam como semelhantes a mim, mas, antes de mais e sobretudo, não como coisas ou entes dados como feitos, outrossim como realidades possíveis.

Na relação com os outros, estes são *valor*, não porque sejam sujeitos a uma avaliação minha, em sentido comum, o que é sempre tirânico, mas porque cada um deles e o seu conjunto total se me revelam como possibilidades: os outros, como eu, são fundamentalmente um «poder-ser». Há neles todo um potencial de possibilidades que é, como o meu, virtualmente infinito. Infinitamente realizável, salvo haja aniquilação.

Todavia, tais outros seres humanos não são apenas possibilidades em si mesmos e para si próprios: eles, desde que surjam na consciência que sou, são *possibilidades minhas*. Esta expressão «possibilidades minhas» não quer fundamentalmente dizer que estão na minha posse (também, mas não fundamentalmente), antes, que *me* constituem *como* possibilidades próprias minhas.





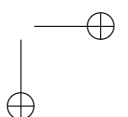
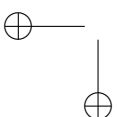


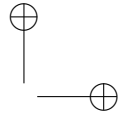
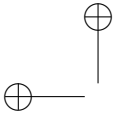
Tal significa que *cada ser humano na relação política comigo é uma possibilidade própria minha nessa mesma relação*: as eleições que acerca dele fizer vão não apenas realizá-lo, mas realizar-me a mim: o bem dele é o meu bem, qualquer seja.

O modo como Lavelle vê o âmbito político é, assim, necessariamente simbiótico, pois na relação política, qualquer seja, o acréscimo de bem é universal, a sua diminuição também: o tão comumente desejado parasitismo político mais não é do que uma ilusão em que o parasitante pensa poder crescer ontologicamente à custa do parasitado, mas em que, realmente, o que sucede é uma simbiose que, pervertida, tornada negativa, diminui tudo como um todo, diminuindo ambos os integrantes. É isto que o Trasímaco do «Livro I» da *Politeia*, de Platão nunca entende, nunca quer entender (ou, então, entende bem demais, mas não no sentido aceite por Platão, em que a inteligência digna do nome nunca é perversa).

A dialéctica da eleição do valor, sendo necessariamente crítica, joeira a própria possibilidade do seu exercício perverso, pois este, se insistentemente iterado, acarreta a sua própria aniquilação, pois acaba sempre por escolher valores que são inadequados, isto é, que, escolha a escolha, vão aniquilando as mesmas possibilidades adequadas, aniquilação de que não há retorno, pois tal seria mágico e a magia pertence ao reino do ontologicamente ilusório. Tal alerta para o facto de cada possibilidade de escolha, ou cada acto de escolha de possibilidade, de valor, ser absolutamente irresgatável. Uma vez eleito o valor errado, inexoravelmente se introduz na realidade algo que nela não deveria estar, acto que não tem como ser desactualizado. Repetimos, não há magia. Há apenas a mediação da escolha que é a vida da consciência.

Assim, o bem comum é a possível realização de uma imensa quantidade de escolhas de valores em que cada consciência *toma o todo do conjunto da humanidade como possibilidade própria sua* e age de modo a que a eleição que faz seja a melhor possível não apenas para si, atómicamente considerada, mas para si, considerada





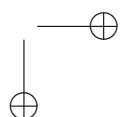
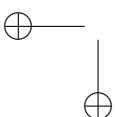
como ponto de convergência de todas as possibilidades de todos ou outros seres humanos.

Mais do que ser uma transcrição, ao modo próprio de Lavelle, do imperativo categórico kantiano ou mesmo do seu modelo, o bem-comum platónico, este modo de pensar colhe o sentido político, que é ontologicamente fundado, de que em cada acto de cada ser humano, por via da escolha que opera e da realização que imediatamente se lhe segue, se labora não no domínio de uma mera abstracção, mas na constituição necessária de um corpo político, a cidade, que é feita de uma mesma carne, em que o bem do outro e o meu são o mesmo, em que, criticamente, em cada abstracto instante, se joga o ser de cada um e de todos.

Em termos de consciência gnosiológica, saber isto, é poder escolher segundo o melhor possível, pois apenas o melhor possível em sentido universal pode ser o meu melhor possível próprio. Tal não acentua um possível sentido egoísta da vida ética e política, antes faz com que cada agente parta de uma consciência gnosiológica de que só há um bem possível para si e que esse bem é o bem possível para todos. Esta consciência permite a essa outra mais vasta, que é o mesmo ser humano como coisa viva e em acto de inteligência, escolher o que percebe ser o melhor possível em sentido universal.

É claro que tal não acontece mecânica, milagrosa ou magicamente, pelo que compete ao bem comum, isto é, às consciências, à consciência que é cada ser humano em acto inteligente, a procura da descoberta do que possa ser esse mesmo bem. O critério último será sempre revelacional: é esse bem o que me faz bem, na relação com os outros e seu bem. Como esta revelação tem uma dimensão passional inalienável, tem de haver por parte da consciência um acto de aceitação da presença deste sentido universal.

Também em Lonergan se encontra este registo de permanente crise no seio do processo de conhecimento. O modo proximamente cartesiano como define o equivalente à consciência de si, «By 'self-





affirmation' is meant that the self both affirms and is affirmed. By 'self-affirmation of the knower' is meant that the self as affirmed is characterized by such occurrences as sensing, perceiving, imagining, inquiring, understanding, formulating, reflecting, grasping the unconditioned, and affirming.»<sup>1</sup> marca um sentido dinâmico e crítico no processo como a consciência ocorre.

A consciência não é «some sort of inward look»<sup>2</sup>, mas define-se como «an awareness immanent in cognitional acts.»<sup>3</sup>, em que há uma distinção entre conteúdo e acto: ver uma cor não é o mesmo que a cor que se vê, e assim para todos os actos de cognição. Assim, «To affirm consciousness is to affirm that cognitional process is not merely a procession of contents but also a succession of acts.»<sup>4</sup> Lavelle perguntaria se este «also», este «também», não deveria ser substituído por «fundamentally», pois, tanto quanto nos parece, também em Lonergan a consciência é fundamentalmente um acto, um acto verdadeiramente pessoal, em que isso que age, isso que faz, «sabe que age», «sabe que faz», em que há uma coincidência, Lavelle diria «ontológica», entre este agir, isso que age e o mesmo acto enquanto, não há outra forma de o dizer, «em acto». E esta estranha, misteriosa e maravilhosa coincidência é a «pessoa».

Pensamos que Lonergan aponta também para algo de semelhante: «Seeing is not merely a response to the stimulus of color and shape; it is a response that consists in becoming aware of color and shape.»<sup>5</sup> A questão, nunca resolvida ou resolúvel, pois epistemologicamente estamos precisamente no seu âmago e nunca teremos a distância epistemológica necessária para a podermos pensar

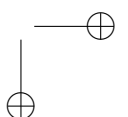
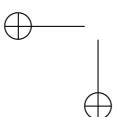
<sup>1</sup> LONERGAN Bernard, *Insight: a study of human understanding*, ed. Frederick E. Crowe, Robert M. Doran, Toronto, Buffalo, London, University of Toronto Press, 2008, p. 343.

<sup>2</sup> *Ibidem*, p. 344.

<sup>3</sup> *Ibidem*.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 345.

<sup>5</sup> *Ibidem*.



objectivamente, é precisamente a de saber o que é isso de estar «aware», de haver «awareness». Mas postas as coisas deste modo, não haveria pensamento reflexivo algum que fosse possível.

Procurando uma aproximação ao que possa, então, ser esta «awareness», Lonergan afirma: «By the conscious act is not meant a deliberat act; we are conscious of acts without debating whether we will perform them.»<sup>6</sup>, assim marcando que há actos de que se tem consciência sem que sobre eles haja qualquer forma de deliberação ou intencionalidade não meramente gnosiológica.

Avançando na argumentação, Lonergan explicita: «By the conscious act is not meant an act to which one attends [...]»<sup>7</sup>, não é, pois, uma questão de atenção contemplativa ou espectadora a algo que se passe, sendo esse foco mutável de atenção o que conferiria realidade de consciência ao acto: «consciousness is not constituted by that shift of attention, for it is a quality immanent in acts of certain kinds, and without it the acts would be as unconscious as the growth of one's beard.»<sup>8</sup>. A consciência é, deste modo, uma «qualidade» própria de certos tipos de actos, presença qualitativa sem a qual deles não haveria notícia alguma.

E aqui toca-se o fundamental da questão, que é precisamente perceber em que se distingue o acto consciente do demais. Este «demais», se dele não houver qualquer forma de consciência, é, deste ponto de vista, indiscernível do nada, absolutamente. Tal quer dizer, como em Lavelle, que a absoluta ausência de consciência equivale à absoluta ausência de notícia sobre qualquer actualidade. Assim, o papel da consciência não se resume apenas a uma distinção, ainda de matriz empiricista, entre isso de que há impressão consciente e isso de que não há impressão consciente, mas entre o absoluto da notícia e o nada. Usando uma outra linguagem, sem o absoluto da apercepção, não há, sequer, percepção

<sup>6</sup> *Ibidem.*

<sup>7</sup> *Ibidem.*

<sup>8</sup> *Ibidem.*



alguma, se se quiser dar ao termo «percepção» um significado humanamente entendível precisamente a partir do que é a própria experiência humana, em seu entendimento o mais lato possível.

Apontando para este absoluto, diz Lonergan: «If seeing is an awareness of nothing but color and hearing is an awareness of nothing but sound, why are both named ‘awareness’?»<sup>9</sup>. Este último termo seria, então, dispensável. Mas não é. Não, porque, ainda nas palavras deste Autor: «[...] one cannot deny that, within the cognitional act as it occurs, there is a factor or element or component over and above its content, and that this factor is what differentiates cognitional acts from unconscious occurrences.»<sup>10</sup>.

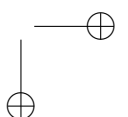
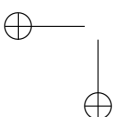
E era aqui que, neste breve estudo, queríamos chegar. Lonergan passa a analisar detalhadamente as três formas próprias de a consciência se dar: como consciência empírica, como consciência inteligente, como consciência racional. Mas, aqui, interessa-nos a distinção fundamental que faz, no parágrafo acabado de citar, entre «cognitional acts» e «unconscious occurrences». Traduzimos «cognitional acts» por «actos cognitivos», «cognicionais» soa-nos mal.

Claramente se percebe que o que não é um acto cognitivo, portanto em que a qualidade imanente *consciência* não está presente, é uma mera «ocorrência». Talvez nem esta designação mereça: é um «haver», mas um «haver» sem notícia, ou estaria nele presente a tal qualidade que faria dele algo de cognitivo. Ecoam aqui as antigas vozes que se esforçaram por distinguir o «logos», que fazia o mundo, do «khaos», que desfaria o mundo, o pensamento que procurava salvar a realidade, encontrando-lhe a matriz de sentido, matriz que coincidia precisamente com o acto vígil de uma consciência que, ao modo de Ulisses, emerge de um Hades onde os próprios reis são sombras. A história da humanidade pode ser lida como o esforço colossal por se libertar do impessoal, porque in-

---

<sup>9</sup> *Ibidem.*

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 346.



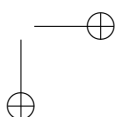
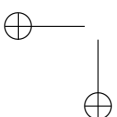


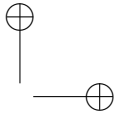
consciente, «*ocorre*», em busca de um acto em que o espírito se dá na forma de um saber que sabe, *em um mesmo acto*, isso que sabe e que sabe que sabe isso que sabe (não é um trocadilho), sendo que este duplo acto é não só isso que é a consciência, mas isso que é o acto da pessoa, de que a consciência é a marca qualitativa fundamental diferenciadora absoluta.

### Conclusão

Mas que tem tudo o que ficou anteriormente dito a ver com «crise social e conhecimento de si?». Tudo, pois quer para Lavelle quer para Lonergan, apenas o conhecimento de si permite que haja propriamente algo a que se possa chamar pessoa e apenas tal realidade pode agir ética e politicamente. Não se trata de uma descoberta psicológica da pessoa ou de uma qualquer forma de introspecção, mas da descoberta deste absoluto de inteligência, de racionalidade que ergue a pessoa como tal, não como «ocorrência», para usar terminologia de Lonergan, mas como espírito, para usar terminologia de Lavelle, e espírito capaz de assumir o sentido ético e político do que realiza, pois está inalienavelmente presente em cada um dos actos a que pode reclamar poder dar o título de seu, pois irreduzivelmente lá esteve, lá está, na forma da qualidade própria que é a consciência como esta marca lógica, repetimos irreduzível, que me põe como um absoluto num mundo que é um mundo, antes de mais, de sentido, mesmo quando o sentido se refere a um acto que transcenda e transcende a pura esfera interior em que a consciência é.

Ora, pela negativa, podemos afirmar que se tem vindo a assistir a todo um profícuo trabalho realizado nas últimas décadas no sentido de diminuir ou mesmo anular esta qualidade própria que distingue a pessoa, operado através da irracionalização e heteronormização das formas de pensamento, quer através de muito do produto cultural modalizado quer através da própria estrutura escolar.





Filósofos como Lavelle e Lonergan, através de suas profundas e vastas análises e sínteses, mormente no que diz respeito à condição de coisa pensante consciente da pessoa humana, ajudam a reverter este processo, servindo de incitamento intelectual e persuasivo a uma cada vez mais necessária busca de *autonomização do pensamento*, como única forma, sempre crítica, isto é, sempre em crise, de salvação cívica da humanidade.

Se apenas um Deus nos pode salvar, que seja um deus que não nos roube a posse espiritual de nós próprios, deus que não passa de um humano tiranete mal-disfarçado, esse que o velho Platão tanto temia e desprezava.

Positivamente, o convite a estas formas de consciência literalmente ontológica da pessoa é uma nobre forma de incentivo à libertação, procurando que, mesmo sempre sob a égide da grande crise transcendental que é a possibilidade do erro, o ser humano possa querer deixar de ser uma «ocorrência» para passar a ser um acto, em que, na linguagem de Lavelle, se revela co-criador, pois nele põe activamente algo e, nisso, no absoluto do acto que é qualitativamente seu, é livre, pois a mais nada essa qualidade pode ser reduzida.

